

com mais profundidade sobre eles, remetendo o estudo das técnicas quantitativas para outro caderno.

Os autores deste trabalho somos estudiosos com longa experiência de pesquisa. Falamos a partir de nossa própria vivência de produção intelectual e compartilhamos com você indagações, percursos e descobertas.

*Os autores*

## CAPÍTULO I

### CIÊNCIA, TÉCNICA E ARTE: O DESAFIO DA PESQUISA SOCIAL

*Maria Cecília de Souza Minayo\**

#### 1. CIÊNCIA E CIENTIFICIDADE

Do ponto de vista antropológico, podemos dizer que sempre existiu preocupação do "homo sapiens" com o conhecimento da realidade.

As tribos primitivas, através dos mitos, explicaram e explicam os fenômenos que cercam a vida e a morte, o lugar dos indivíduos na organização social, seus mecanismos de poder, controle e reprodução. Dentro de dimensões históricas imemoriais até nossos dias, as religiões e filosofias têm sido poderosos instrumentos explicativos dos significados da existência individual e coletiva. A poesia e a arte continuam a desvendam lógicas

\* Socióloga, Mestre em Antropologia, Doutora em Saúde Pública, Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública/RIOCRUZ.

profundas e insuspeitadas do inconsciente coletivo, do cotidiano e do destino humano. A ciência é apenas uma forma de expressão desta busca, não exclusiva, não conclusiva, não definitiva.

Na sociedade ocidental, no entanto, a ciência é a forma hegemônica de construção da realidade, considerada por muitos críticos como um novo mito, por sua pretensão de único promotor e critério de verdade. No entanto, continuamos a fazer perguntas e a buscar soluções. Para problemas essenciais, como a pobreza, a miséria, a fome, a violência, a ciência continua sem respostas e sem propostas. As explicações históricas da hegemonia da ciência sobre outras formas de conhecimento não cabe aqui aprofundar. Mencionaremos duas razões: a primeira, de ordem externa a ela mesma, está na sua possibilidade de responder a questões técnicas e tecnológicas postas pelo desenvolvimento industrial. A segunda razão, de ordem interna, consiste no fato dos cientistas terem conseguido estabelecer uma linguagem fundamentada em conceitos, métodos e técnicas para compreensão do mundo, das coisas, dos fenômenos, dos processos e das relações. Essa linguagem é utilizada de forma coerente, controlada e instituída por uma comunidade que a controla e administra sua reprodução.

O campo científico, apesar de sua normatividade, é permeado por conflitos e contradições. E para nomear apenas uma das controvérsias que aqui nos interessa, citamos o grande embate sobre a inutilidade das ciências sociais, em comparação com as ciências da natureza. Há os que buscam a uniformidade dos procedimentos para compreender o natural e o social como

condição para atribuir o estatuto de "ciência" ao campo social. Há os que reivindicam a total diferença e especificidade do campo humano.

Paul de Bruyne e colaboradores (1991) advogam que a idéia da cientificidade comporta, ao mesmo tempo, um pólo de unidade e um pólo de diversidade. Ou seja, existe possibilidade de encontrarmos semelhanças relativamente profundas em todos os empreendimentos que se inspiram na idéia geral de um conhecimento por conceitos, seja de caráter sistemático, seja exploratório e dinâmico. Essa idéia representa uma tradição geral de auto-regulação do processo de construção de conhecimento. Mas, por outro lado, a cientificidade não pode ser reduzida a uma forma determinada de conhecer; ela pré-contém, por assim dizer, diversas maneiras concretas e potenciais de realização.

Tal reflexão se torna particularmente fundamental para nosso objeto de estudo neste caderno, a *pesquisa social*. A interrogação enorme em torno da cientificidade das ciências sociais se desdobra em várias questões. A primeira diz respeito à possibilidade concreta de tratarmos de uma realidade da qual nós próprios, enquanto seres humanos, somos agentes. Essa ordem de conhecimento não escaparia radicalmente a toda possibilidade de objetivação?

Em segundo lugar, será que, buscando a objetivação própria das ciências naturais, não estaríamos descaracterizando o que há de essencial nos fenômenos e processos sociais, ou seja, o profundo sentido dado pela subjetividade?

Por fim e em terceiro lugar, que método geral poderíamos propor para explorar uma realidade tão marcada pela especificidade e pela diferenciação? Como garantir a possibilidade de um acordo fundado numa partilha de princípios e não de procedimentos?

Em resumo, as ciências sociais hoje, como no passado, continuam na pauta de plausibilidade enquanto conhecimento científico. Seu dilema seria seguir os caminhos das ciências estabelecidas e empobrecer seu próprio objeto? Ou encontrar seu núcleo mais profundo, abandonando a idéia de cientificidade?

A situação não é fácil e não é clara. Primeiro, porque, se as ciências da natureza são as pioneiras e as estrelas da idéia de cientificidade, não está absolutamente atestado que elas já atingiram sua expressão adequada. A física quântica com suas descobertas e a teoria da relatividade, dentre outros temas científicos, estão revolucionando em seu próprio campo as idéias de espaço, tempo, de relações sujeito-objeto.

A cientificidade, portanto, tem que ser pensada como uma idéia reguladora de alta abstração e não como sinônimo de modelos e normas a serem seguidos. A história da ciência revela não um "a priori", mas o que foi produzido em determinado momento histórico com toda a relatividade do processo de conhecimento.

Poderíamos dizer, nesse sentido, que o labor científico caminha sempre em duas direções: numa, elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados; noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e encaminha-se para certas direções privilegiadas. Isso fazer tal percurso, os investiga-

dores aceitam os critérios da historicidade, da colaboração e, sobretudo, imbuem-se da humildade de quem sabe que qualquer conhecimento é aproximado, é construído.

Ora, se existe uma idéia de devir no conceito de cientificidade, não se pode trabalhar, nas ciências sociais, com a norma da cientificidade já construída. A pesquisa social é sempre tateante, mas, ao progredir, elabora critérios de orientação cada vez mais precisos. Conforme lembram Brynne e colaboradores (1991), "na realidade histórica de seu devir, o procedimento científico é ao mesmo tempo aquisição de um saber, aperfeiçoamento de uma metodologia, elaboração de uma norma" (p. 16). Obviamente isto se faz dentro da especificidade que as ciências sociais representam no campo do conhecimento. Por isso, para falarmos de Ciências Sociais, dentro de sua distinção, retomaremos critérios gerais que a distinguem e que se encontram em autores como Demo (1981) e Minayo (1992), sem, contudo, desvinculá-la dos princípios da cientificidade.

O objeto das Ciências Sociais é *histórico*. Isto significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas. Vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro, num embate constante entre o que está dado e o que está sendo construído. Portanto, a provisoriidade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social. Por isso, também, as crises têm reflexo tanto no desenvolvimento como na decadência de teorias sociais.

Como consequência da primeira característica, é necessário dizer que o objeto de estudo das ciências

desde a concepção do objeto, aos resultados do trabalho e à sua aplicação.

Trata-se aqui de uma condição da pesquisa que deve ser incorporada como critério de realidade e busca de objetivação.

Por fim, é necessário afirmar que o objeto das Ciências Sociais é *essencialmente qualitativo*. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e reortados são incapazes de a conter. As Ciências Sociais, no entanto, possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da sutileza que é a vida dos seres humanos em sociedades, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. Para isso, ela aborda o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações.

É desse caráter especificamente qualitativo das ciências sociais e da metodologia apropriada para reconstruir teoricamente seu significado que trata o presente-trabalho.

sociais possui *consciência histórica*. Noutras palavras, não é apenas o investigador que dá sentido a seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e as sociedades dão significado e intencionalidade a suas ações e a suas construções, na medida em que as estruturas sociais nada mais são que ações objetivadas. O nível de consciência histórica das Ciências Sociais está referenciado ao nível de consciência histórica social.

Em terceiro lugar, é preciso ressaltar que nas Ciências Sociais existe uma *identidade entre sujeito e objeto*. A pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos, como lembra Lévi-Strauss (1975): "Numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação" (p. 215).

Outro aspecto distintivo das Ciências Sociais é o fato de que ela é *intrínseca e extrínsecamente ideológica*. Ninguém hoje ousa negar que toda ciência é comprometida. Ela veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas, embora suas contribuições e seus efeitos teóricos e técnicos ultrapassem as intenções de seu desenvolvimento. No entanto, as ciências físicas e biológicas participam de forma diferente do comprometimento social, pela natureza mesma do objeto que coloca ao investigador. Na investigação social, a relação entre o pesquisador e seu campo de estudo se estabelecem definitivamente. A visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento,

## 2. O CONCEITO DE METODOLOGIA DE PESQUISA

Entendemos por *metodologia* o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas. Dizia Lênin (1965) que "o método é a alma da teoria" (p. 148), distinguindo a forma exterior com que muitas vezes é abordado tal tema (como técnicas e instrumentos) do sentido generoso de pensar a metodologia como a articulação entre conteúdos, pensamentos e existência.

Da forma como tratamos neste trabalho, a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador.

Enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, intrinsecamente inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática.

O endensamento das técnicas produz ou um formalismo árido, ou respostas estereotipadas. Seu desprezo, ao contrário, leva ao empirismo sempre ilusório em suas conclusões, ou a especulações abstratas e estereis.

Nada substitui, no entanto, a criatividade do pesquisador. Feyerabend, num trabalho denominado "Contra o método" (1989), observa que o progresso da ciência está associado, mais à violação das regras do que à sua

obediência. "Dada uma regra qualquer, por fundamental e necessária que se afigure para a ciência, sempre haverá circunstâncias em que se torna conveniente não apenas ignorá-la como adotar a regra oposta". Em "Estrutura das revoluções científicas" (1978), Thomas Kuhn reconhece que nos diversos momentos históricos e nos diferentes ramos da ciência há um conjunto de crenças, visões de mundo e de formas de trabalhar, reconhecidos pela comunidade científica, configurando o que ele denomina *paradigma*.

Porém, para Kuhn, o progresso da ciência se faz pela quebra dos paradigmas, pela colocação em discussão das teorias e dos métodos, acontecendo assim uma verdadeira revolução.

O método, dizia o historicista Dilthey (1956), é necessário por causa de nossa "mediocridade". Para sermos mais generosos, diríamos, como não somos gênios, precisamos de parâmetros para caminhar no conhecimento. Porém, ainda que simples mortais, a marca de criatividade é nossa "griffe" em qualquer trabalho de investigação.

Entendemos por *pesquisa* a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, *nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática*. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmen-

te condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos.

Toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais.

Esse conhecimento anterior, construído por outros estudiosos e que lançam luz sobre a questão de nossa pesquisa, é chamado *teoria*. A palavra *teoria* tem origem no verbo grego "theorein", cujo significado é "ver". A associação entre "ver" e "saber" é uma das bases da ciência ocidental.

A teoria é construída para explicar ou compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos. Este conjunto citado constitui o domínio empírico da teoria, pois esta tem sempre um caráter abstrato.

Nenhuma teoria, por mais bem elaborada que seja, dá conta de explicar todos os fenômenos e processos. O investigador separa, recorta determinados aspectos significativos da realidade para trabalhá-los, buscando interconexão sistemática entre eles.

*Teorias*, portanto, são explicações parciais da realidade. Cumprem funções muito importantes:

- a) colaboram para esclarecer melhor o objeto de investigação;
- b) ajudam a levantar as questões, o problema, as perguntas e/ou as hipóteses com mais propriedade;
- c) permitem maior clareza na organização dos dados;

d) e também iluminam a análise dos dados organizados, embora não possam direcionar totalmente essa atividade, sob pena de anulação da originalidade da pergunta inicial.

Em resumo, a *teoria* é um conhecimento de que nos servimos no processo de investigação como um sistema organizado de *proposições*, que orientam a obtenção de dados e a análise dos mesmos, e de *conceitos*, que veiculam seu sentido.

*Proposições* são declarações afirmativas sobre fenômenos e/ou processos. Para alguns autores, a proposição é uma hipótese comprovada. As proposições de uma teoria devem ter três principais características:

- a) serem capazes de sugerir questões reais;
- b) serem inteligíveis;
- c) representarem relações abstratas entre coisas, fatos, fenômenos e/ou processos.

Ao se utilizarem de um conjunto de proposições logicamente relacionadas, a teoria busca uma ordem, uma sistemática, uma organização do pensamento, sua articulação com o real concreto, e uma tentativa de ser compreendida pelos membros de uma comunidade que seguem o mesmo caminho de reflexão e ação.

Se quisermos, portanto, trilhar a carreira de pesquisador, temos de nos aprofundar nas obras dos diferentes autores que trabalham os temas que nos preocupam, inclusive dos que trazem proposições com as quais ideologicamente não concordamos.

A busca de compreensão do campo científico que nos é pertinente, já trilhado por antecessores e contem-



porâneos, nos alça a membros de sua comunidade e nos faz ombrear, lado a lado com eles, as questões fundamentais existentes, na atualidade, sobre nossa área de investigação. Ou seja, a teoria não é só o domínio do que vem antes para fundamentar nossos caminhos, mas é também um artefato nosso como investigadores, quando concluímos, ainda que provisoriamente, o desafio de uma pesquisa.

No processo de pesquisa trabalhamos com a linguagem científica das proposições que são construções lógicas; e conceitos que são construções de sentido.

As funções dos *conceitos* podem ser classificadas em cognitivas, pragmáticas e comunicativas. Elas servem para ordenar os objetos e os processos e fixar melhor o recorte do que deve ou não ser examinado e construído.

Em seu aspecto cognitivo, o conceito é delimitador. Por exemplo, se decidimos analisar a influência da AIDS no comportamento de adolescentes do sexo feminino de uma escola X, turma Y, eliminamos todas as outras possibilidades.

Enquanto valorativos, os conceitos determinam com que conotações o pesquisador vai trabalhar. Ou seja, que corrente teórica adotará na interpretação do comportamento adolescente e da AIDS, por exemplo.

Na sua função pragmática, o conceito tem que ser operativo, ou seja, ser capaz de permitir ao investigador trabalhar com ele no campo.

Por fim, no seu caráter comunicativo, o conceito deve ser de tal forma claro, específico e abrangente que

permita sua compreensão pelos interlocutores participantes da mesma área de interesse.

Kaplan (1972) fala da formulação de conceitos em diferentes níveis de abstração. É importante comentá-lo completando as observações anteriores:

a) Conceitos de observação direta são os que se colocam num grau bastante operacional. Servem sobretudo para a etapa descritiva de uma investigação;

b) Conceitos de observação indireta são os que articulam os detalhes da observação empírica, relacionando-os. Nesses dois primeiros casos, temos conceitos construídos a partir do campo empírico.

c) Conceitos teóricos são os que articulam proposições e se colocam no plano da abstração.

Lembremo-nos do fato de que os conceitos teóricos não são simples jogo de palavras. Como qualquer linguagem, devem ser construídos recuperando as dimensões históricas e até ideológicas de sua elaboração. Cada corrente teórica tem seu próprio acervo de conceitos. Para entendê-los, temos que nos apropriar do contexto em que foram gerados e das posições dos outros autores com quem o pesquisador dialoga ou a quem se opõe.

### 3. A PESQUISA QUALITATIVA

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, moti-

vos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Não existe um "continuum" entre "qualitativo-quantitativo", em que o primeiro termo seria o lugar da "intuição", da "exploração" e do "subjetivismo"; e o segundo representaria o espaço do científico, porque traduzido "objetivamente" e em "dados matemáticos".

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região "visível, ecológica, morfológica e concreta", a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

Essas afirmações aqui colocadas, no entanto, não são pacíficas. Elas correspondem a uma postura teórica e se opõem a outras correntes de pensamento como, por exemplo, a positivista.

A principal influência do *Positivismo* nas ciências sociais foi a utilização dos termos de tipo matemático para a compreensão da realidade. Sua consequência é a apropriação da linguagem de variáveis para especificar atributos e qualidades do objeto de investigação. Os

fundamentos da pesquisa quantitativa nas ciências sociais são os próprios princípios clássicos utilizados nas ciências da natureza:

- a) o mundo social opera de acordo com leis causais;
- b) o alicerce da ciência é a observação sensorial;
- c) a realidade consiste em estruturas e instituições identificáveis enquanto dados brutos por um lado e crenças e valores por outro. Estas duas ordens se correlacionam para fornecer generalizações e regularidades;
- d) o que é real são os dados brutos; valores e crenças são dados subjetivos que só podem ser compreendidos através dos primeiros.

No cerne da defesa do método quantitativo enquanto suficiente para explicarmos a realidade social está a questão da *objetividade*. Para os positivistas, a análise social seria objetiva se fosse realizada por instrumentos padronizados, pretensamente neutros. A linguagem das variáveis ofereceria a possibilidade de expressar generalizações com precisão e objetividade. Os positivistas atribuem à imaturidade das ciências sociais sua incapacidade de prever e determinar a ação humana.

Em oposição ao Positivismo, a *Sociologia Compreensiva* responde de forma diferente à questão sobre o qualitativo. Essa corrente teórica, como o próprio nome indica, coloca como tarefa central das ciências sociais a compreensão da realidade humana vivida socialmente. Em suas diferentes manifestações, como na Fenomenologia, na Etnometodologia, no Intencionismo Simbólico, o significado é o conceito central de investigação.



Num embate frontal com o Positivismo, a Sociologia Compreensiva propõe a subjetividade como o fundamento do sentido da vida social e defende-a como constitutiva do social e inerente à construção da objetividade nas ciências sociais.

Os autores que seguem tal corrente não se preocupam em quantificar, mas, sim, em compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalham com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultados da ação humana objetiva. Ou seja, desse ponto de vista, a linguagem, as práticas e as coisas são inseparáveis.

Várias críticas têm sido feitas às teorias acima colocadas. Ao Positivismo se lhe contesta sobretudo a postura e a prática de restringir o conhecimento da realidade social ao que pode ser observado e quantificado e de transferir para a utilização do método a questão da objetividade. Aos adeptos da Sociologia Compreensiva as críticas enfatizam o empirismo e o subjetivismo dos investigadores que confundem o que percebem e a fala que ouvem com a verdade científica e o envolvimento emocional do pesquisador com seu campo de trabalho.

A abordagem da Dialética faria um desempate nas correntes colocadas anteriormente. Ela se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói, o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados. A Dialética pensa a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Busca en-

contrar, na parte, a compreensão e a relação com o todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos.

Desta forma, considera que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Compreende uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou "objetos sociais" apresentam.

É essa posição que tomamos neste trabalho, embora saibamos que ela é mais um ideal que perseguimos do que uma realidade que conquistamos.

Embora não coloquemos oposição entre pesquisa quantitativa e qualitativa, só dela trataremos neste trabalho para conseguirmos dar aos leitores instrumentos mais precisos de investigação. Sobre a pesquisa qualitativa, haverá necessidade de um aprofundamento posterior.

#### 4. O CICLO DA PESQUISA

Diferentemente da arte e da poesia que se concebem na inspiração, a pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular. A esse ritmo

denominamos *ciclo da pesquisa*, ou seja, um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações.

O processo começa com o que denominamos *fase exploratória da pesquisa*, tempo dedicado a interrogar-nos preliminarmente sobre o objeto, os pressupostos, as teorias pertinentes, a metodologia apropriada e as questões operacionais para levar a cabo o trabalho de campo. Seu foco fundamental é a construção do projeto de investigação.

Em seguida, estabelece-se o *trabalho de campo* que consiste no recorte empírico da construção teórica elaborada no momento. Essa etapa combina entrevistas, observações, levantamentos de material documental, bibliográfico, instrucional etc. Ela realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação ou refutação de hipóteses e construção de teorias.

Por fim, temos que elaborar o *tratamento do material* recolhido no campo, subdividindo-se no seu interior em:

- a) ordenação;
- b) classificação;
- c) análise propriamente dita.

O tratamento do material nos conduz à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição.

Certamente o ciclo nunca se fecha pois toda pesquisa produz conhecimentos afirmativos e provoca mais questões para aprofundamento posterior.

A idéia do *ciclo* se solidifica não em etapas estanques, mas em planos que se complementam. Porém, ela suscita também a delimitação do trabalho no tempo, através de um cronograma. Ao mesmo tempo, portanto, trabalhamos com um movimento de valorização das partes e da integração no todo; e com a visão de um produto provisório integrando a historicidade do processo social e da construção teórica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUXNE, P. et al. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1991.
- DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3ª ed. São Paulo, Atlas, 1981.
- DILTHEY, W. *Introducción a las ciencias del espíritu*. Madrid, Revista de Occidente, 1956.
- FEYERABEND, P. *Contra o método*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.
- KAPLAN, A. *A conduta na pesquisa*. São Paulo, Herder/EDUSP, 1972.
- KUNH, T. *Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- LÊNIN, W. *Cahiers philosophiques*. Paris, Sociales, 1965.

LÉVY-STRAUSS, C. "Aula Inaugural". In: Alba Zahar (org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975, p. 211-244.

MINAYO, M.C.S. *O Desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo-Rio de Janeiro, Hucitec-ABRASCO, 1992.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COMENTADAS

BRUYNE, P. et al. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. 5ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1991.

Este livro centraliza sua reflexão na análise da cientificidade das ciências sociais, nas condições de produção do conhecimento e apresenta uma visão global do processo de pesquisa. Os autores mostram que toda construção científica se movimenta em quatro pólos: epistemológico, teórico, morfológico e técnico, pólos esses não estanques, mas articulados.

DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3ª ed. São Paulo, Atlas, 1981

—. *Introdução à metodologia científica*. São Paulo, Atlas, 1985.

O autor nesses dois livros discute as questões fundamentais da ciência, especifica a problemática das Ciências Sociais, reflete sobre as correntes de pensamento dominantes da sociologia e as implicações de sua abordagem. Além das questões gerais, trabalha temas de profundo interesse, como a cientificidade, o campo científico, e as condições de verificação, validade e confiabilidade do conhecimento.

HUGHES, G.A. *Filosofia da pesquisa social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

Este livro traz uma contribuição fundamental para se entender as correntes de pensamento filosóficas que se projetam nas teorias sociológicas e se materializam nas investigações sociais. Numa linguagem acessível, o autor privilegia em suas análises as fontes positivistas e humanistas do conhecimento.

KAUFMANN, F. *Metodologia das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

O livro propõe-se a trabalhar com o conceito de Metodologia Geral, buscando explicar os princípios do controle científico. Para isso, o autor trabalha com pares de questões, tais como: conhecimento e realidade; linguagem e significado; pensamento pré-científico; objetivos da ciência e regras de preferência; verdade e probabilidade; vida e pensamento. Analisa ainda a aparente oposição entre ciências naturais e ciências sociais; objetividade e problemas de valor.

MILLS, W. *A imaginação sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

Este livro é uma reflexão fundamental sobre as ciências sociais, seu lugar e seu papel na sociedade moderna. O autor se horroriza com a pobreza das pesquisas sociais de sua época, faz uma crítica cultural, epistemológica e política da sociologia. Num estilo de grande mestre, Wright Mills nos convida a fazer uso dos métodos, das técnicas, mas sobre tudo da imaginação capaz de nos ajudar a construir uma verdadeira "ciência social".



## **A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA**

Suely Ferreira Deslandes\*

### **1. PROJETO CIENTÍFICO: ONDE SE INSERE NO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO?**

Quando tratamos da pesquisa qualitativa, frequentemente as atividades que compõem a fase exploratória, além de antecederem à construção do projeto, também a sucedem. Muitas vezes, por exemplo, é necessário uma aproximação maior com o campo de observação para melhor delinear outras questões, tais como os instrumentos de investigação e o grupo de pesquisa. Tendo uma visão mais ampla, podemos dizer que a construção do projeto é, inclusive, uma etapa da *fase exploratória*.

A *fase exploratória* de uma pesquisa é, sem dúvida, um de seus momentos mais importantes. Pode, até mesmo, ser considerada uma *pesquisa exploratória* (Mi-

\* Socióloga, Mestranda em Saúde Pública, Pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde - ENSP/FIOCRUZ.

mayo, 1992). Compreende várias fases da construção de uma trajetória de investigação:

- a) a escolha do tópico de investigação;
- b) a delimitação do problema;
- c) a definição do objeto e dos objetivos;
- d) a construção do marco teórico conceitual;
- e) a escolha dos instrumentos de coleta de dados;
- f) a exploração de campo.

Importante alertarmos que uma *fase exploratória* conduzida de maneira precária trará grandes dificuldades à investigação como um todo.

Então, quando termina a *fase exploratória* de uma pesquisa? Formalmente, a *fase exploratória* termina quando o pesquisador definiu seu objeto de pesquisa, construiu o marco teórico conceitual a ser empregado, definiu os instrumentos de coleta de dados, escolheu o espaço e o grupo de pesquisa, definiu a amostragem e estabeleceu estratégias para entrada no campo. Daí conclui-se que não é possível determinar com tanto rigor seu término. Contudo, é imprescindível que o pesquisador programe o final desta etapa, incluindo-a num cronograma.

A *fase exploratória* se alicerça em muitos esforços:

- 1) de *pesquisa bibliográfica* disciplinada, crítica e ampla;

a) disciplinada porque devemos ter uma prática sistemática – os fichamentos são um bom procedimento;

b) crítica porque devemos estabelecer um diálogo reflexivo entre a teoria e o objeto de investigação por nós escolhido;

c) ampla porque deve dar conta do “estado” do conhecimento atual sobre o problema;

2) de *articulação* criativa, seja na delimitação do objeto de pesquisa, seja na aplicação de conceitos;

3) de *humildade*, ou seja, reconhecendo que todo conhecimento científico tem sempre um caráter:

a) aproximado, isto é, se faz sempre a partir de outros conhecimentos sobre os quais se questiona, se aprofunda ou se critica;

b) provisório;

c) inacessível em relação à totalidade do objeto, isto é, as idéias ou explicações que fazemos da realidade estudada são sempre mais imprecisas do que a própria realidade;

d) vinculada à vida real – a rigor, um problema intelectual surge a partir de sua existência na vida real e não “espontaneamente”;

e) condicionado historicamente (Minayo, 1992).

Seguiremos o texto optando por detalhar melhor as etapas da *fase exploratória* já no item *construção do projeto*. Entendemos que esta forma de proceder agiliza a dimensão prática para a construção das etapas necessárias à investigação que deverão ser esboçadas no projeto.

## 2. A CONSTRUÇÃO DO PROJETO

### 2.1. Introdução

Quando escrevemos um projeto, estamos mapeando de forma sistemática um conjunto de recortes. Estamos definindo uma cartografia de escolhas para abordar a realidade (o que pesquisar, como, por quê). Esta etapa de reconstrução da realidade, entendida af enquanto a definição de um objeto de conhecimento científico e as maneiras para investigá-lo, traz em si muitas dimensões. Ao elaborarmos um projeto científico, estaremos lidando, ao mesmo tempo, com pelo menos três dimensões importantes que são interligadas.

A *dimensão técnica* trata das regras reconhecidas como científicas para a construção de um projeto, isto é, como definir um objeto, como abordá-lo e como escolher os instrumentos mais adequados para a investigação. Sendo que *técnica* sempre diz respeito à montagem de instrumentos (Demo, 1991), o projeto de pesquisa é visto neste sentido como um instrumento da investigação.

A *dimensão ideológica* se relaciona às escolhas do pesquisador. Quando definimos o que pesquisar, a partir de que base teórica e como pesquisar, estamos fazendo escolhas que são, mesmo em última instância, ideológicas. A neutralidade da investigação científica é um mito.

Não estamos, é certo, nos referindo a uma visão maniqueísta, onde o pesquisador reconstrói a realidade com "segundas intenções políticas". Estamos, sim, falando de uma característica intrínseca ao conhecimento

científico: ele é sempre histórico e socialmente condicionado. O pesquisador opera escolhas (mesmo sem ter a percepção clara disto), tendo como horizontes sua posição social e a mentalidade de um momento histórico concreto.

A *dimensão científica* de um projeto de pesquisa articula estas duas dimensões anteriores.

A pesquisa científica ultrapassa o senso comum (que por si é uma reconstrução da realidade) através do método científico. O método científico permite que a realidade social seja reconstruída enquanto um objeto de conhecimento, através de um processo de categorização (possuidor de características específicas) que une dialeticamente o teórico e o empírico.

Neste capítulo estaremos dando ênfase à dimensão técnica na questão da construção de um projeto. Estamos propondo uma introdução a este tema, entendendo que dominar a técnica é também viabilizar o acesso ao conhecimento.

### 2.2. O que é um projeto de pesquisa?

Fazemos um projeto de pesquisa para mapear um caminho a ser seguido durante a investigação. Buscamos, assim, evitar muitos imprevistos no decorrer da pesquisa que poderiam até mesmo inviabilizar sua realização. Outro papel importante é esclarecer para o próprio investigador os rumos do estudo (o que pesquisar, como, por quanto tempo etc.). Além disso, um pesquisador necessita comunicar seus propósitos de pesquisa para que seja aceita na comunidade científica e para obter financiamentos. O "meio de comunicação"



reconhecido no mundo científico é o projeto de pesquisa. Através deste, outros especialistas poderão tecer comentários e críticas, contribuindo para um melhor encaminhamento da pesquisa. É importante lembrarmos que a pesquisa científica engloba sempre uma instância coletiva de reflexão.

Ao alcançar a forma de projeto, o pesquisador já empreendeu alguns esforços anteriores (Holanda, 1975): a) Estudos preliminares, cujo objetivo maior é a definição do problema, possibilitando ao investigador perceber os alcances e limites da pesquisa proposta; b) Realização de um anteprojeto, isto é, um estudo mais planejado dos aspectos que comporão a pesquisa, definidos de forma mais ampla, sem grande rigor ainda.

O projeto de pesquisa deve, fundamentalmente, responder as seguintes perguntas (Barros e Lehfeld, 1986; Rudio, 1986):

- o que pesquisar? (Definição do problema, hipóteses, base teórica e conceitual);
- por que pesquisar? (Justificativa da escolha do problema);
- para que pesquisar? (Propósitos do estudo, seus objetivos);
- como pesquisar? (Metodologia);
- quando pesquisar? (Cronograma de execução);
- com que recursos? (Orçamento);
- pesquisado por quem? (Equipe de trabalho, pesquisadores, coordenadores, orientadores).

O projeto de pesquisa deve esclarecer sobre os vários elementos que irão compor a investigação.

## 2.3. Os elementos constitutivos de um projeto de pesquisa

### A. Definição do tema e escolha do problema ou Definição do objeto

O tema de uma pesquisa indica uma *área de interesse* a ser investigada. Trata-se de uma delimitação ainda bastante ampla. Por exemplo, quando alguém diz que deseja estudar a questão da "violência conjugal" ou a "prostituição masculina", está se referindo ao assunto de seu interesse. Contudo, é necessário para a realização de uma pesquisa um recorte mais "concreto", mais preciso deste assunto. Ao formularmos perguntas ao tema e ao assunto proposto, estaremos construindo sua problematização.

A definição do problema ou objeto de pesquisa às vezes é tarefa difícil. Embora possa parecer uma "recatada" positivista, vale lembrar que uma maneira de facilitar este primeiro momento de impasse é a descrição do problema especulando sobre seu campo de observação em relação a algumas variáveis (Rudio, 1986).

Esta medida deve ser entendida como provisória para melhor aclarar o objeto proposto e não como "molde" restritivo. Passemos ao exemplo.

Quando dizemos que vamos estudar a "violência conjugal", delimitamos aí, muito amplamente, o campo de observação: casais (legalmente casados ou não). Se



## B. Definição da base teórica e conceitual

A definição teórica e conceitual é um momento crucial da investigação científica. É sua base de sustentação.

Remetendo este item a uma dimensão técnica, devemos dizer que é imprescindível a definição clara dos pressupostos teóricos, das categorias e conceitos a serem utilizados.

Devemos tomar cuidado para não reescrevermos a obra dos autores que embasam a teoria escolhida, reconstituindo um verdadeiro tratado e certamente de menor qualidade. Devemos, então, ser sintéticos e objetivos, estabelecendo, primordialmente, um diálogo entre a teoria e o problema a ser investigado.

## C. Formulação de hipóteses

A inclusão das hipóteses no campo da pesquisa social é muitas vezes criticada como um comportamento positivista, onde as conclusões de uma pesquisa deveriam sempre resultar de "respostas objetivas" construídas ao longo da investigação.

Buscaremos aqui, relativizando estes parâmetros objetivistas, encarar a formulação de hipóteses como uma tentativa de criar indagações a serem verificadas na investigação. Portanto, consideramos que este item pode ser substituído ou encarado como uma formulação de pressupostos ou de questões. Enfim, como um diálogo que se estabelece entre o olhar do pesquisador e a realidade a ser investigada. São, em suma, afirmações

provisórias a respeito de determinado problema em estudo (Mínayo, 1992).

Um estudo pode articular uma ou mais hipóteses. As hipóteses são elaboradas a partir de fontes diversas, tais como a observação, resultados de outras pesquisas, teorias ou mesmo intuição (Gil, 1987).

Possui também algumas características para ser considerada uma "hipótese aplicável":

a) Deve ter conceitos claros. Por exemplo, a hipótese de que "as mulheres dependentes de seus maridos tendem a justificar os atos violentos destes" deixa muitas ambigüidades. O conceito "dependentes" está se referindo a que realidade? Psicológica, econômica ou cultural?

b) Deve ser específica. Muitas hipóteses, apesar de claras, são expressas em termos muito amplos. Retomando nosso exemplo, ao formular a hipótese que "os maridos que batem em suas esposas, na sua maioria, detêm um status econômico baixo", abarca uma definição muito ampla. Deve-se especificar em termos mais concretos o conceito "status econômico" referindo-se talvez à remuneração, ocupação, nível educacional, renda "per capita" da família.

c) Não deve se basear em valores morais. Algumas hipóteses lançam adjetivos duvidosos, como "bom", "mau", "prejudicial" etc.

d) O último item e o mais importante diz respeito a que toda hipótese deva ter como base uma teoria que a sustente.

exemplos de como a pesquisa pode ser realizada e a importância da justificativa

Trata-se da relevância, do por que tal pesquisa deve ser realizada. Quais motivos a justificam? Que contribuições para a compreensão, intervenção ou solução para o problema trará a realização de tal pesquisa?

A forma de justificar em pesquisa que produz maior impacto é aquela que articula a relevância intelectual e prática do problema investigado à experiência do investigador.

E. Objetivos

Buscamos aqui responder ao que é pretendido com a pesquisa, que metas almejamos alcançar ao término da investigação. É fundamental que estes objetivos sejam possíveis de serem atingidos. Geralmente se formula um objetivo geral, de dimensões mais amplas, articulando-o a outros objetivos mais específicos.

Sugerimos a utilização dos verbos no infinitivo para a descrição dos objetivos.

Por exemplo, podemos ter como objetivo: "Analisar os fatores que desencadeiam ou predis põem a agressão de maridos contra suas companheiras" ou "Conhecer as opiniões das mulheres maltratadas por maridos sobre a violência por elas sofrida".

F. Metodologia

Geralmente é uma parte complexa e deve requerer maior cuidado do pesquisador. Mais que uma descrição

formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as opções e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico.

A metodologia não só contempla a fase de exploração de campo (escolha do espaço da pesquisa, escolha do grupo de pesquisa, estabelecimento dos critérios de amostragem e construção de estratégias para entrada em campo) como a definição de instrumentos e procedimentos para análise dos dados.

Definiremos, sinteticamente, os principais elementos da metodologia.

a) Definição da amostragem. A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Uma pergunta importante neste item é "quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?" A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões (Minayo, 1992).

b) Coleta de dados. Devemos definir as técnicas a serem utilizadas tanto para a pesquisa de campo (entrevistas, observações, formulários, história de vida) como para a pesquisa suplementar de dados, caso seja utilizada pesquisa documental, consulta a anuários, censos. Geralmente se requisita que seja anexado ao projeto o roteiro dos instrumentos utilizados em campo.

c) Organização e análise de dados. Devemos descrever com clareza como os dados serão organizados e analisados. Por exemplo, as análises de conteúdo, de discurso, ou análise dialética são procedimentos possíveis.

43  
\* A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Uma pergunta importante neste item é "quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?" A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões (Minayo, 1992).

\* A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Uma pergunta importante neste item é "quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?" A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões (Minayo, 1992).

\* veis para a análise e interpretação dos dados e cada uma destas modalidades preconiza um tratamento diferenciado para a organização e sistematização dos dados.

### G. Custos ou orçamento

Este item estará presente somente nos projetos que pleiteiam financiamento para sua realização.

Generalmente os gastos são agrupados em duas categorias: gastos com pessoal e gastos com material permanente, como máquinas, móveis e de consumo.

Alguns lembretes importantes:

a) O orçamento sugerido deve indicar algum mecanismo que o proteja da inflação;

b) A priori, devemos buscar saber o que a entidade, à qual será enviado o projeto, financia e o que ela não financia. Por exemplo, algumas entidades financiadoras não subsidiam determinados gastos, como transportes ou materiais.

Um bom lembrete é saber que cada instituição financiadora tem um formato específico de projeto.

### H. Cronograma

O projeto deve traçar o tempo necessário para a realização de cada uma das etapas propostas. Muitas tarefas podem, inclusive, ser realizadas simultaneamente.

A forma mais usual é a do gráfico, onde são cruzados o tempo (mês 1, mês 2 etc.) e as tarefas da pesquisa

desse período (9)

de modo a mostrar as etapas (10)

que o projeto deve cumprir

que o projeto deve cumprir

que o projeto deve cumprir

(revisão bibliográfica, montagem de instrumentos de coleta, pré-testes dos instrumentos, aplicação dos instrumentos e fase de análise).

### 1. Referências bibliográficas

Generalmente num projeto científico muitos autores e dados são citados. No corpo do projeto deve ser feita citação breve que possibilite maior agilização da leitura. Em seguida, ao final do projeto todas as citações feitas serão listadas de forma integral num item à parte.

Na realidade, existe uma grande variedade de normas para a citação bibliográfica. Optaremos pela forma que consideramos a mais prática, ilustrando-a com exemplos simples.

Podemos citar literalmente, utilizando as aspas e reproduzindo fielmente o texto, ou fazer uma "apropriação de idéias" de determinado autor. A primeira forma é a mais rigorosa, pois dificulta apropriações indebitas das idéias daquele autor. Na segunda forma, enunciaremos determinada idéia ou fato e colocamos entre parênteses autor e ano de publicação. Da citação de um livro deverá constar (Eco, 1985):

1. Nome e sobrenome do autor (ou organizador, ou autores);
2. Título do livro e subtítulo, em grifo, sem aspas;
3. Coleção, se for o caso;
4. Número da edição se houver mais de uma;
5. Cidade e edição – se não constar, escrever "S.L." (sem local);

6. Editor (editora);
7. Data da edição – se não constar, escrever “S.D.” (sem data);
8. Número de volumes, se for o caso;
9. Se for uma tradução, deverá então constar o título em original, o nome do tradutor, local da edição original e a editora, data e número de páginas. Contudo, este procedimento não é muito usual.

Eis um exemplo:

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1985.

Suponhamos que alguém esteja citando um artigo de revista, então deverá fazer constar:

1. Nome e sobrenome do autor;
2. Título entre aspas;
3. Título da revista em grifo, sem aspas;
4. Volume e número do fascículo;
5. Mês e ano;
6. Páginas onde consta o referido artigo.

Assim teríamos:

KIRCHNER, Walter. “The black death”. *Clinical pediatrics*. V. 5, n. 7, July, 1969, p. 432-436.

Na citação de capítulo de livro de um único autor deveriam figurar os seguintes elementos:

1. Nome e sobrenome do autor;
2. Título do capítulo entre aspas;
3. In;
4. Título do livro em grifo;
5. Número do volume, se for o caso;

6. Local, editora, data e número das páginas do capítulo.

Assim:

GIL, Antonio C. “Como redigir o projeto de pesquisa?” In: *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, Atlas, 1988, p. 144-149.

## J. Anexos

Anexamos, sem numeração de páginas, os modelos dos instrumentos a serem utilizados na pesquisa. Incluímos aí também os guias para preenchimento dos instrumentos, mapas da área a ser investigada etc. São anexadas, enfim, aquelas informações que o pesquisador julga necessárias para melhor compreensão do projeto.

## 2.4. A formação de um projeto de pesquisa

Após a descrição dos elementos que constituem um projeto, a próxima pergunta decerto é: “Qual a ordem e o agrupamento destes elementos na apresentação do projeto?”

A forma de apresentação pode variar muito conforme o pesquisador. Além disso, vários institutos de pesquisa adotam apresentação padronizada segundo modelos próprios.

Apontaremos, então, um modelo operacional a ser apresentado na seguinte ordem:

1. Da primeira página deverão constar os seguintes dados:
  - (a) Na margem superior, o nome do projeto;
  - (b) No centro, o nome do autor do projeto;



(c) Na margem inferior, os dizeres "Projeto de Pesquisa Apresentado à (nome da instituição) Como Requisito Parcial à Obtenção (de título tal, de financiamento)";

(d) No extremo da margem inferior, o local, o mês e o ano.

Uma observação muito importante: o título do Projeto deve conter os conceitos fundamentais que alicerçam a pesquisa. Deve ser uma síntese da investigação proposta.

2. Na segunda página deverá constar um índice com os capítulos ou itens e as respectivas páginas.

3. Da terceira página em diante deverão constar os temas:

(a) Delimitação do problema;

(b) Objetivos;

(c) Justificativa;

(d) Base Teórica e Pressupostos Conceituais e Hipóteses (ou questões e pressupostos);

(e) Metodologia;

(f) Cronograma;

(g) Estimativa de custos;

(h) Bibliografia;

(i) Anexos.

Para finalizar este capítulo, lembramos que o estilo da redação obedece a algumas qualidades essenciais (Bastos e cols., 1982):

(a) Deve ser clara, isto é, não deixar margem para ambigüidades. Evite evitar os rebuscamentos e excesso de termos.

(b) Deve ser objetiva. Assim, as questões serão tratadas de maneira direta e simples. Evitemos as frases longas.

Como recomendação geral, apontamos o fato de que não devemos misturar os tempos de verbo nem os pronomes pessoais. Se quisermos um estilo mais coloquial, usaremos a primeira pessoa: *eu* ou *nós*. Empregamos freqüentemente uma forma mais impessoal, que é a voz passiva. Por exemplo: "Encontra-se neste trabalho..."

Estamos falando de um projeto de pesquisa, logo, o tempo verbal recomendado é o futuro uma vez que indica uma intenção de pesquisa ainda a ser realizada.

Esperamos, sinceramente, ter contribuído para a diminuição de algumas dúvidas. Sabemos também que muitas outras surgirão. Logo, indicamos alguns textos que podem ser de grande auxílio:

(a) Sobre citações bibliográficas:

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1985.

(b) Sobre estilo da redação científica e citações bibliográficas:

BASTOS, Lília R.; PAIXÃO, Lyra; FERNANDES, Lucia M. *Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses e dissertações*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1982.

(c) Sobre como elaborar projetos de pesquisa:

RICHARDSON, R.J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo, Atlas, 1985.

RUDIO, Franz V. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 1ª ed. Petrópolis, Vozes, 1986.

(d) Sobre metodologia e análise qualitativa:

MINAYO, Maria Cecília de S. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro: São Paulo, ABRASCO-HUCITEC, 1992.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, A.P.; LEHFELD, N.A.S. *Fundamentos de metodologia*. São Paulo, McGraw-Hill, 1986.

BASTOS, L.R.; PAIXÃO, L.; FERNANDES, L.M. *Manual para a elaboração de projetos, relatórios de pesquisa, teses e dissertações*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1982.

DEMO, P. *Avaliação qualitativa*. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 1991 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, V. 25).

ECO, U. *Como se faz uma tese*. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1985.

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, Atlas, 1987.

HOLANDA, N. *Planejamentos e projetos: uma introdução às técnicas do planejamento e elaboração de projetos*. 2ª ed. Rio de Janeiro, APEC, 1975.

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro-São Paulo, ABRASCO-HUCITEC, 1992.

RUDIO, F.V. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 11ª ed. Petrópolis, Vozes, 1986.

## CAPÍTULO III

# O TRABALHO DE CAMPO COMO DESCOBERTA E CRIAÇÃO

Otávio Cruz Neto\*

## 1. INTRODUÇÃO

Após termos definido, através de um *projeto de pesquisa*, nosso *objeto de estudo*, surge a necessidade de selecionarmos *formas de investigar esse objeto*. Em Ciências Sociais, tendo como referência a pesquisa qualitativa, o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo.

Demo (1991) observa que o cientista, em sua tarefa de descobrir e criar, necessita, num primeiro momento,

\* Sociólogo, Mestre em Educação e Pesquisador Assistente do Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ.